

Diretor de Furnas rebate denúncias de Roberto Jefferson

Empresa do grupo Eletrobrás é atacada pelo deputado do PTB, que acusa diretores de desviarem mensalmente R\$3 milhões para favorecimento de partidos e parlamentares da base de sustentação do governo

Foto: Benedito Maia

Entre as diretorias citadas na denúncia está a de Gestão Corporativa, que tem a frente o mineiro e empregado da Cemig há 20 anos, Rodrigo Campos. Economista e administrador formado pela UFMG, com pós-graduação na Fundação João Pinheiro, Rodrigo Campos já havia ocupado outros cargos gerenciais no poder público. Foi secretário municipal de Assuntos Extraordinários na gestão Patrus Ananias e coordenador do Procon Belo Horizonte na gestão Célio de Castro. Depois disso voltou a trabalhar na Cemig e há 30 meses está licenciado para Furnas. Na entrevista, Rodrigo Campos afirmou ser praticamente impossível a ocorrência de desvio de dinheiro em função do rigoroso controle financeiro da empresa e avaliou as motivações que levaram o deputado a apontar sua “metralhadora” de denúncias contra Furnas. Leia abaixo trechos da entrevista.

Chave Geral– Houve algum repasse da sua diretoria para o Partido dos Trabalhadores?

Rodrigo Campos– Furnas é uma sociedade anônima e por ser uma empresa com essa característica, tem sobre si um conjunto enorme de controles. Tem o Conselho Fiscal, Conselho de Administração, auditoria interna e externa e ainda é controlada pela Receita Federal. Furnas é subsidiária da Eletrobrás e pelo fato do grupo ter ações na Bolsa de Nova Iorque, é obrigado a manter mecanismos de acompanhamento de gestão também das suas subsidi-



Rodrigo Campos, diretor licenciado de Furnas

árias. Além disso, tem fiscalização do Tribunal de Contas da União e da Controladoria Geral da União, ou seja, é uma empresa fiscalizada por uma série de agentes. A denúncia de que sobra no caixa da empresa todo mês R\$3 milhões, é uma denúncia vazia, que não tem razão de ser. O Partido dos Trabalhadores em Minas Gerais imediatamente repeliu essa informação e agora está entrando na Justiça com um processo contra o deputado Roberto Jefferson.

CG– Se a denúncia é infundada, por que o deputado Roberto Jefferson acusou Furnas? Qual o interesse dele?

Rodrigo Campos– Em primeiro lugar o deputado Roberto Jefferson tem feito uma série de acusações sem provas. Isso faz parte de uma estratégia de ataque

ao governo. Em segundo lugar ele fez uma indicação para o lugar do doutor Dimas Fabiano Toledo. A indicação estava sendo cogitada informalmente, mas quando aconteceu o Conselho de Administração e supunha-se que seria discutida, ela não entrou na pauta de convocação do Conselho e não se consumou. Portanto, ele pode ter se sentido não contemplado no pleito e isso pode ser uma das razões dele ter priorizado uma ação com relação à diretoria de Furnas. De qualquer maneira, é uma hipótese que não há como confirmar.

CG– Qual a sua opinião sobre a proposta de desvincular as receitas da saúde e educação?

Rodrigo Campos–No momento que você tem o principal partido de sustentação do governo, que é o PT, alvejado, setores que têm outras propostas aproveitam as circunstâncias para introduzir esse tipo de sugestão. No que diz respeito ao déficit nominal zero, o ministro Palocci já deu declarações que acha melhor manter a atual política e levar uma década para fazer a alteração na curva de relação Dívida x PIB. A proposta que se coloca agora é fazer isso num prazo muito menor, de cinco anos. Inevitavelmente, isso irá atingir as políticas soci-

ais, que é a marca registrada desse governo. Se nesse momento você capitula diante de uma proposta dessas, vai colocar a perder a maior conquista desse governo, que é a construção de uma política pública que aumentou em 34% os recursos destinados às camadas mais pobres. Uma política nitidamente de inclusão social, de compensação histórica.

CG– Seria o “choque de gestão” no investimento social?

Rodrigo Campos– E aí eu me pergunto: o que é choque de gestão? São mais privatizações? Ter que abrir mão de mais patrimônio do país? Temos o sistema financeiro federal, o grupo Petrobrás e Eletrobrás. Reduzir despesas para atingir o déficit nominal zero é, efetivamente, melhorar o funcionamento da máquina pública ou abrir mão de patrimônio público? Essas perguntas ainda não foram respondidas. Eu concordo com o governo de resistir, porque o mesmo objetivo pode ser alcançado num tempo diluído.

CG– Quanto à proposta de acabar com a reeleição, criada no governo FHC, você acha viável?

Rodrigo Campos– Nesse contexto, me parece que essa medida tem como objetivo cercear a reeleição do presidente Lula. Porque, a par de toda crise no PT, o presidente tem uma reserva moral grande que o credita a ser um candidato forte. Aí eu tenho a seguinte dúvida: isso não é uma atitude golpista? Será que o correto não seria apontar o fim da reeleição durante o próximo mandato presidencial? Me parece que seria uma atitude mais correta do que conter o atual presidente da República na possibilidade que a lei lhe permite hoje. Se, eleitoralmente, o presidente perceber que não é um candidato competitivo, ele não é obrigado a disputar eleição. Aí é uma decisão dele e das forças que o sustentam, não uma coisa imposta por uma legislação absolutamente oportunista.

Prefeitura terá que ressarcir Sindieletro por monumento

Foto: Benedito Maia/Arquivo

A Prefeitura de Belo Horizonte terá de pagar ao Sindieletro R\$27.257,00 por ter retirado o Monumento pela Vida, instalado no canteiro central da Avenida Barbacena no dia 29 de janeiro de 2002. O sindicato ajuizou a ação pedindo ressarcimento por danos moral e material. Dois dias após a inauguração, a obra do artista plástico Gilberto Todt foi retirada, mesmo com a autorização da Regional Centro-Sul para a instalação da mesma.

Segundo o advogado do Sindieletro, Frederico Garcia Guimarães, o município terá que pagar todo o valor gasto pelo sindicato na construção do monumento. “Será uma restituição do dano patrimonial ao sindicato, não do dano moral. A obra não poderá ser



Retirada do Monumento pela Vida por funcionários da PBH

recolocada”, explica. Contudo, o pagamento será efetuado mediante precatório e apenas em 2007, mas com o valor corrigido.

“A decisão judicial mostra que foi um ato arbitrário da Prefeitura, que não houve motivação para o ato”, diz o advogado.

Direção de Furnas apresenta proposta para Acordo Específico

Nos últimos dias 05 e 06, Furnas apresentou para os representantes da Intersindical Furnas, dentre eles, o diretor do Sindieletro, Wilian Vagner, uma proposta para o Acordo Específico. A proposta será discutida e deliberada nos próximos dias em assembléia a ser realizada pelo Sindieletro.

Os principais pontos da proposta de Furnas são a criação do Comitê Permanente de Prevenção de Acidentes com a participação dos sindicatos, a criação de uma vaga para as entidades na Comissão de Ética da empresa, convênio com banco para a redução de tarifas, aumento no valor da bolsa de estágio e a concessão de 23 tiquetes como cesta natalina.

A empresa também propõe a extinção da CCE-09 em alguns itens como reembolso médico odontológico, seguro de vida em grupo e readaptação profissional. Furnas se comprometeu a encaminhar novas instruções normativas para valores de diá-

rias de viagem, extensão do auxílio creche para pais trabalhadores e auxílio-educacional. A empresa ainda não se posicionou sobre a garantia de transporte para todos os empregados da usina de Furnas. A resposta para este ponto de pauta será dada na reunião bimestral de Furnas com a Intersindical.

Wilian Vagner lembra que a intensa mobilização dos eletricitários garantiu conquistas importantes no Acordo Nacional. “Pela primeira vez na história de Furnas tivemos aumento real. Também conquistamos a flexibilização da CCE 09 no que diz respeito aos itens de saúde e a extensão do pagamento de periculosidade para todos os trabalhadores do grupo Eletrobrás”, avalia.

Furnas também apresentou aos dirigentes sindicais a metodologia de avaliação de desempenho no PCCR. O Sindieletro e a subseção do Dieese estão avaliando os critérios e debaterão a metodologia com os trabalhadores.

Entenda o caso

No dia 1º de janeiro de 2002, o Sindieletro solicitou a licença para instalação do Monumento pela Vida, que foi concedida pela Prefeitura no dia 4.

No dia 21 de janeiro, a PBH pediu ao Sindieletro que a obra fosse colocada em “qualquer outro local”, ao invés do canteiro central na Avenida Barbacena, em frente a sede da Cemig, porque estava sendo pressionada pelo governo do Estado.

No dia 25, quatro dias da inauguração, a licença para instalação foi cassada.

O Sindieletro conseguiu um recurso contra a cassação e inaugurou a obra que foi retirada no dia 1º de fevereiro.

O objetivo do Monumento pela Vida era homenagear os trabalhadores da Cemig e de empreiteiras vítimas de acidentes de trabalho.

Cemig condenada por dano moral

A Cemig acaba de ser condenada a pagar uma indenização de R\$283 mil para uma ex-empregada por dano moral e patrimonial. Norma Sueli Rodrigues Porto ajuizou um processo contra a empresa em agosto de 1998 reivindicando indenização por ter adquirido um Distúrbio Osteomuscular Relacionado ao Trabalho (DORT), causado pelo ambiente de trabalho, que a levou a aposentadoria por invalidez.

A Cemig perdeu em todas as instâncias e segundo o advogado do Sindieletro, Frederico Garcia Guimarães, o grande diferencial do processo e da sentença foi conseguir o pagamento da indenização em função da Cemig não ter fornecido à empregada as condições ideais de trabalho. Isso gerou a lesão e seu agravamento, até a aposentadoria por invalidez.

A vitória traz dois avanços jurídicos, na opinião de Frederico. Um em relação à competência da Justiça do Trabalho e outro relacionado às condições do ambiente de trabalho. “Nesse caso específico, a Justiça do Trabalho reconheceu que pode conhecer e julgar o dano decorrente de doenças de trabalho e também houve o reconhecimento de que a Cemig, em determinada época, não forneceu condições para a segurança da trabalhadora em questão”, explica o advogado.

Frederico lembra que a partir dessa decisão, abre-se um precedente para a questão das condições de trabalho. “Sempre houve dúvidas se o caso de dano moral no trabalho seria discutido pela Justiça Civil ou pela Justiça do Trabalho. Agora existe esse precedente”, afirma.

Sindieletro promoverá discussão da tábua de mortalidade do Plano B

A direção do Sindieletro quer uma ampla discussão com a categoria, com a Cemig e com a Forluz antes de qualquer mudança na tábua de mortalidade do Plano B. Na semana passada a direção do sindicato encaminhou ao presidente da Forluz, Fernando Pimenta, um ofício comunicando que só negociará qualquer alteração na tábua, após estudos detalhados a serem realizados por atuário contratado pelo Sindieletro.

Após o estudo, o Sindieletro debaterá a proposta em assembleias com a categoria. O sindicato também quer discutir outros parâmetros atuariais do plano previdenciário, como taxa de juros e crescimento salarial. O coordenador-geral do Sindieletro, Marcelo Correia, destaca que o objetivo do debate é garantir a sustentabilidade do Plano B e

evitar futuras perdas para os eletricitários e seus familiares. *“As mudanças nas regras da aposentadoria pública e a implantação do Fator Previdenciário reduziram muito os benefícios, atingindo de maneira grave os trabalhadores com menor renda”*, alerta Marcelo Correia.

A última alteração na tábua de mortalidade foi realizada pela Forluz em 1997, quando foi fixada a expectativa de vida do eletricitário em 75 anos, desde que se aposente aos 55, média acima do plano do INSS, que trabalha com a expectativa de 69 anos de vida.

A diretora de Relações com os Participantes da Forluz, Cláudia Ricaldoni, lembra que, apesar de ter adotado uma tábua bastante avançada, é necessária nova discussão. *“Qualquer plano de previdência deve trabalhar com um horizonte de 30 ou 40 anos à*



Foto: Benedito Maia/Arquivo

Aumento da expectativa de vida teve impacto na previdência

frente. Daqui a alguns anos, teremos que rever novamente a tábua do Plano B em função da crescente estimativa de vida do trabalhador brasileiro”, avalia. Atualmente os benefícios dos planos de previdência, inclusive o Pla-

no B, são atualizados anualmente com base na inflação apurada pelo IPCA e mais 6% de juros, uma média considerada alta se comparada com outros países.

Junto com a discussão da tábua de mortalidade, o sindicato quer discutir com a Forluz os critérios para empréstimo ao participante e a restrição à aposentadoria por invalidez.

Desverticalização e Prosaúde

O debate sobre a desverticalização da Forluz também será intensificado. O primeiro estudo sobre a divisão das áreas de saúde e previdenciária será apresentado às entidades sindicais esta semana. *“Há poucas informações sobre a desverticalização, mas já alertamos a direção da Forluz que só aceitaremos a reestruturação se for comprovado que trará vantagens significativas para os trabalhadores como a melhoria do atendimento na saúde. Não aceitaremos qualquer tentativa de criação de um trem da alegria”*, antecipa Marcelo Correia.

Esta semana as entidades sindicais do Comitê do Prosaúde Integrado encaminharão à diretora de Gestão Empresarial da Cemig, Heleni Fonseca, um ofício solicitando uma reunião para discutir problemas enfrentados pelos membros no exercício de suas funções.



Cláudia, você que é nossa representante na Forluz já deve ter recebido várias reclamações do atendimento que nos tem sido dispensado. Não recebemos informações corretas. O representante local não tem conseguido respostas nem soluções. Toda solicitação tem atendimento difícil.

Os questionamentos não são respondidos. Quando há alguma pendência, não somos notificados para solucioná-la e só vamos saber quando não há atendimento a alguma solicitação.

O cadastramento de médicos e hospitais no interior (Araguari) praticamente não existe. Documentos enviados são extraviados. Sofremos com toda sorte de descasos. É necessário que se faça alguma coisa urgente para restaurar o atendimento que era prestado e melhorá-lo, não deixando no atual desrespeito, da forma em que se encontra.

Precisamos tomar providências, favor informar-nos de quais e o que devemos fazer para estarmos definitivamente colaborando na solução dos problemas.

E-mail enviado pelo participante Edson Maluf Loureiro.

Resposta da diretora de Relações com os Participantes da Forluz, Cláudia Ricaldoni

Infelizmente esta queixa não é exceção, mas regra. Há algum tempo os representantes dos participantes têm recebido reclamações que são encaminhadas por nós à diretoria executiva da Forluz. Tínhamos a compreensão que pelo fato do Prosaúde ser um plano novo, que entrou em vigor em janeiro de 2003, seria necessário um tempo de adaptação e acomodação. As queixas dos participantes não são pontuais e mostram uma situação complicada.

A Forluz contratou a empresa de consultoria AON para fazer uma radiografia do Prosaúde. O estudo aponta falhas estruturais como pessoal insuficiente, problemas no sistema de software e alta rotatividade e falta de treinamento para os operadores do call center.

Tudo isso comprova que a Forluz tem estrutura insuficiente para bancar um plano do tamanho do Prosaúde, que atende 70 mil vidas no estado inteiro. No interior estes problemas são agravados pelo cartel formado pelos cooperados da Unimed. O diagnóstico está feito. Agora é necessário implementar as medidas para a correção dos problemas, garantindo o atendimento que o participante do PSI precisa e merece.

Cemig vai gastar R\$14,7 milhões para adquirir tecnologia estrangeira na área de informática

Foto: Ricardo Stuckert/Site Radiobrás

Enquanto isso, o governo federal investe em mão-de-obra e tecnologia nacionais na Petrobrás e gera mais empregos para os brasileiros

Empresas públicas federais vêm dando exemplo de que é possível investir em tecnologia nacional e mão-de-obra de brasileiros para gerar desenvolvimento e mais empregos dentro do país. Minas Gerais, no entanto, continua com a opção política de aplicar recursos públicos em projetos estrangeiros, apesar do discurso contrário do governador Aécio Neves.

Enquanto a Petrobrás licitou no mercado nacional a fabricação e montagem da Plataforma 47 (P47) e a construção da P51, que vai gerar 4.800 empregos diretos e 15 mil indiretos até 2007, a Cemig optou por comprar um sistema de consumidores da SAP no valor de R\$14,7 milhões. Chama a atenção uma licitação realizada em 2000, ser aprovada somente agora, em 2005.

Além disso, o desenvolvimento de programas de computadores é incentivado por várias leis, principalmente associado ao software livre, e as universidades mineiras são consideradas referências nacionais. Para o coordenador-geral do Sindieletrô, Marcelo Correia, a concorrência internacional para a aquisição de tecnologia estrangeira para a Cemig demonstra a opção política do governo de Minas de investir os recursos públicos em mão-de-obra e tecnologia internacionais, em detrimento ao desenvolvimento e a geração de empre-

gos no país. Ele lembra que o Brasil possui programas de computadores compatíveis com as funções do SAP para a implantação do sistema de gestão comercial da Cemig.

“Na prática, as empresas, seja por preconceito ou por falta de vontade política, sempre fazem a opção por comprar produtos de fora. Na Cemig a situação não é diferente, só que todos os gastos com a compra de tecnologia estrangeira vão refletir na conta de luz, e a sociedade, mais uma vez, vai pagar a conta”, critica.

Para Marcelo, apesar da política do governo federal de contemplar a produção e a tecnologia nacionais, ainda persiste a rea-



Presidente Lula e petroleiros na inauguração da P47

lidade de que a vocação do Brasil é exportar matéria-prima e importar produtos manufaturados.

“Infelizmente, ainda somos o país que troca soja e minério de ferro por patins e, agora, por progra-

mas de computador. A Cemig é uma empresa pública que deveria gerar empregos e desenvolvimento para Minas Gerais, mas mantém a política de dependência de tecnologia externa”, critica.

Trabalhadores são os maiores beneficiados

Investir em tecnologia nacional tem como consequência a geração de empregos e desenvolvimento do Brasil. *“É assim que a gente vai permitir que a América do Sul se consolide enquanto um continente, não eternamente em vias de desenvolvimento, mas desenvolvido e competindo com outros blocos econômicos”, destacou o presidente Lula.*

Marco Antônio de Oliveira, diretor do Sindicato dos Petroleiros de Minas Gerais (Sindipe- tro), confirma a tese. Ele lembra que na Regap, em Betim, a manutenção do maquinário é feita

agora com mão-de-obra de trabalhadores das comunidades vizinhas à empresa. *“Estas contratações são feitas em parceria com associações de bairros”, diz. Segundo Marco Antônio, a Regap vai investir R\$ 1 bilhão no município de Ibitité, com a previsão de contratar toda a mão-de-obra de trabalhadores da cidade.*

“Se a Petrobrás fosse uma multinacional, não faria investimentos de tal vulto que vão contribuir para o desenvolvimento e geração de mais empregos em Minas e no restante do país”, ressalta. Para o diretor do Sindipe-

tro, a diferença da política de desenvolvimento do ex-presidente Fernando Henrique e de Lula é que o segundo valoriza mais o empregado e a tecnologia nacional. “O atual governo já admitiu mais de quatro mil petroleiros, com expectativa de mais contratações”, comemora. Além disso, acrescenta, os sindicatos são também valorizados. “Hoje negociamos com o governo para discutir salários, condições de trabalho e saúde e segurança. Temos ainda que avançar muito, mas só de discutir essas questões de interesse dos trabalhadores já é um grande passo”, diz.

